

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021-DPE/PA
PROCESSO/PROTOCOLO Nº. 2021/1050686

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ torna público que realizará **licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**, no tipo **MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO**, processada e julgada consoante a Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019 e Lei Estadual nº. 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 534/2020, Decreto Estadual nº. 991/2020, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como pelas condições, exigências e recomendações contidas neste Ato Convocatório.

1. DA SESSÃO PÚBLICA:

Data para recebimento de Propostas: **a partir de 10 de dezembro de 2021.**

Data da Sessão Pública: **dia 22 de dezembro de 2021.**

Hora: **10:00 horas** (horário de Brasília).

Local: no site www.gov.br/compras.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial ostensiva nas dependências das unidades da Defensoria Pública do Estado de Pará, com uso de arma de fogo e armamento não letal (arma de choque taser e spray de pimenta), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.

2.1.1. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referências deste Edital, **prevalecerão as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.**

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação dos serviços de vigilância armada de forma contínua, tem por finalidade proteger diuturnamente através de postos de vigilância em regime de escala 12x36h e/ou 44h, a guarda do patrimônio público, suas instalações, bem como a segurança e integridade física dos servidores e de todos os usuários que buscam atendimento nas dependências desta Defensoria Pública, permitindo assim fazer cumprir nossa missão institucional.

3.2. O serviço de vigilância consiste em guarda dos bens imóveis, bem como o controle da movimentação de pessoas que demandam nas unidades, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra através de empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis.

3.3. A contratação dos serviços de vigilância com armamento letal e não letal, conforme quantitativo de postos previstos, visa o acompanhamento da segurança ao patrimônio público, seja pela atuação ostensiva dos vigilantes, assim dentro de suas funções, a proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultam em dano ao patrimônio e à integridade física dos servidores, colaboradores e usuários que eventualmente transitam pelas instalações desta Defensoria Pública, fazendo uso progressivo da força sempre que necessário.

3.5. O estudo técnico preliminar (anexo VI) foi utilizado como base para definir os parâmetros da contratação como: localização, quantidade e tipo de postos de trabalho de vigilância.

3.7. A contratação dar-se-á por empreitada por preço global, porém a execução dos serviços será de acordo com a necessidade da Administração a partir da emissão de ordem de serviço.

3.8. Justifica-se o agrupamento dos itens por ser técnica e economicamente viável para a Administração, pois quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, assim como gera menor impacto ou dificuldades para sua fiscalização, ensejando assim também menores custos para a Administração, conforme destacamos o Acórdão nº 1099/2008¹, Acórdão 825/2010 – TCU Plenário e Acórdão 1679/2015-TCU Plenário que estabelecem recomendações relacionadas à referida contratação;

3.9. Desse modo, entendemos que o não parcelamento do objeto ensejaria em uma redução dos preços ofertados, do contrário, a divisão desses serviços implicaria aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los e principalmente para geri-los considerando a demanda de atribuições e responsabilidade da fiscalização na execução dos serviços e na aferição de documentação extensa relacionada a prestação dos serviços contratados.

3.10. Por fim, destacamos que a contratação consiste na aquisição de serviço continuado de natureza comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico SRP.

3.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. A contratação dos serviços de vigilância ostensiva armada, executados de forma contínua obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, nas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994 e Lei Federal nº 9.648/1998 da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e alterações, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, no Decreto nº 8.538 de 06/10/2015, pela Portaria DPF 3.233/2012 alterada pela Portaria nº 3.559/2013 do Departamento de Polícia Federal, Lei 12.740/2012 e Lei nº 7.102/1983.

4.2. A contratação tem como respaldo legal o disposto da Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002; Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; Decreto nº 10.024, de 2019; Instrução Normativa/SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017 e alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

¹ Acórdão nº 1099/2008 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento se mostra adequada, no mínimo do ponto de vista técnico;

4.3. Ressaltando-se, ainda, a Portaria nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada (norma editada pela Polícia Federal) e suas alterações.

4.4. A prestação dos serviços de vigilância relacionados neste Projeto terá como indicação os sindicatos SINDIVIPA x SINDESP/PA com data-base em janeiro e sua respectiva Convenção Coletiva que regem as categorias profissionais que executarão os serviços.

4.5. Ressalta-se que a presente contratação atenta aos preceitos dispostos no Guia Nacional de Licitação Sustentáveis, instaurando uma contratação que não só se atente a sustentabilidade do serviço, mas também aos conceitos de eficiência e bem-estar.

4.6. A contratação é necessária à segurança patrimonial, tanto material quanto imaterial, da Defensoria Pública. O serviço ainda emana aos arredores, de espaço público, possibilitando coibir a possível ação de agentes externos de intenções adversas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico SRP.

5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço para atuar na segurança patrimonial, tanto material quanto imaterial, da Defensoria Pública do Estado do Pará. O serviço ainda emana aos arredores, de espaço público, possibilitando coibir a possível ação de agentes externos de intenções.

5.4. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.4.1. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na convenção coletiva de trabalho vigente que rege a categoria.

5.4.2. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, no que couber à execução contratual, todas as disposições contidas na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e atendimento aos requisitos descritos na Lei nº 7.102/1983, tanto para que as empresas especializadas possam operar com o exercício da profissão, como da pessoa que deve ser empregada.

5.4.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4.4. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

5.4.4.1. Vigilante - CBO 5173-30;

5.4.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, na forma eletrônica (licitacao@defensoria.pa.def.br), em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (art. 23 do Decreto 10.024/2019 / art. 23 do Decreto Estadual nº 534/2020).

6.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (art. 24 do Decreto 10.024/2019 / art. 24 do Decreto Estadual nº 534/2020), encaminhada por meio do sítio www.gov.br/compras.

6.2.1. Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

6.2.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre o esclarecimento e a impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme previsão do Decreto Estadual nº 534/2020.

6.2.3. A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por outro meio que não o eletrônico e vencidos os respectivos prazos legais.

6.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6.5. O teor das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema ComprasNet, no site www.gov.br/compras, por meio do link: Assunto > Consulta > Pregões > Agendados.

6.6. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu no Texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da presente licitação as empresas do ramo que atenderem a todas as condições do presente Edital, inclusive de seus anexos.

7.2. Empresas interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério da Economia, no endereço eletrônico www.gov.br/compras na Internet.

7.2.1. As licitantes e os seus representantes legais poderão realizar o cadastro no SICAF, junto a qualquer Órgão autorizado, em até três dias úteis antes da data de realização do certame, sendo este prazo peremptório, de acordo com o Decreto nº 3.722/2001.

7.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, de forma virtual, em www.gov.br/compras, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, sua condição, ou não, de Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempresa – ME, ou sociedade cooperativa, que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 (art. 34 da Lei nº. 11.488/2007).

7.6. Estão impedidas de participar da presente licitação:

7.6.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão Eletrônico SRP.

7.6.2. Empresa que se encontre em processo de dissolução, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação. A participação de empresa em recuperação judicial é possível, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a partir do procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

7.6.3. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

7.6.4. Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e/ou contratar, no âmbito do Órgão e/ou da Administração Pública, conforme o Art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666/93 e/ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Estadual ou Defensoria Pública conforme o Art. 7º da Lei nº. 10.520/02 e art. 11 da Lei Estadual nº 6.474/2002.

7.6.5. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

7.6.6. Empresas entre cujos dirigentes, diretores, sócios, responsáveis ou empregados, haja algum dirigente ou servidor da Defensoria Pública do Estado do Pará;

7.6.7. Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

7.7. Será verificado ainda, e, como condição de participação, em conformidade com o ACÓRDÃO TCU nº 1793/2011-Plenário (itens 9.5.1.5, 9.5.1.6 e 9.5.1.8):

7.7.1. A existência de registros impeditivos da contratação:

I. No módulo SICAF do sistema SIASG;

II. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);

III. No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

7.7.2. A composição societária das empresas a serem contratadas no sistema SICAF a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

7.7.3. No Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>), quando da habilitação de microempresa e de empresa de pequeno porte, que tenha utilizado a prerrogativa de efetuar lance de desempate, conforme Lei Complementar nº 123/2006, art. 44, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

8. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

8.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (art. 11º do Decreto 10.024/2019; art. 9º, § 1º do Decreto Estadual nº 534/2020), no site: www.gov.br/compras

8.2. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 9º do Decreto Estadual nº 534/2020; art. 19 do Decreto 10.024/2019).

8.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Defensoria Pública do Estado do Pará, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Decreto Estadual nº 534/2020).

8.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação

9.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, a seguinte informação:

9.1.5.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

9.1.5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.1.5.2. Deverão ser considerados na composição do preço do objeto licitado todos os custos, aí incluídos seguros, fretes, taxas, contribuições, impostos, encargos sociais e trabalhistas e outros necessários a sua execução, devendo ter perfeita compatibilidade com os valores unitários e totais apresentados para o mesmo.

9.1.6. Toda proposta registrada terá prazo de **validade de 90 (noventa) dias**, a contar da data da sua apresentação, salvo se dela constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

9.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública, não sendo a Defensoria Pública do Estado do Pará, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive pela eventual desconexão do sistema.

9.3. O licitante deverá acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. Não será admitido no preço unitário do item, apresentado na proposta comercial escrita, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

9.5. Não serão levadas em consideração, quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

9.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

9.7. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

9.8. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

9.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras.

10.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico comprasnet.

10.4. Após a abertura, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

10.5. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

11.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo licitante e registrado no sistema.

11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

11.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

11.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.17. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se, a licitante que não os honrar as penalidades constantes no presente Edital, exceto por motivo ou fato aceito pelo Pregoeiro, sendo que a desistência somente poderá ocorrer até a aceitabilidade da proposta.

11.17.1. O pregoeiro poderá acatar o pedido de desistência somente quando for para assegurar interesse próprio da Defensoria Pública do Estado do Pará quanto à melhor especificação do(s) produto(s) e/ou melhores condições de preço.

15.3.1.2. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso das sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

15.3.1.3. Decreto de Autorização, em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

15.3.2.1. Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

15.3.2.2. Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda.

15.3.2.3. Prova de Regularidade com a Seguridade Social (INSS).

15.3.2.4. Certificado de Regularidade de situação do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

15.3.2.5. Certidão Negativa da Fazenda Municipal, expedida por Órgão municipal competente.

15.3.2.6. Certidão Negativa da Fazenda Estadual, expedida por Órgão estadual competente.

15.3.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

15.3.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

15.3.3.1. Por tratar-se de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para fins de qualificação técnico-operacional. As licitantes deverão comprovar:

15.3.3.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação, assim entendido como prestação de serviço de vigilância armada, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com número de postos equivalentes a **50% (cinquenta por cento) do total de vigilantes por período mínimo de 3 (três) anos;**

15.3.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, a saber, serviço de segurança e/ou vigilância armada;

15.3.3.1.3. Autorização de Funcionamento, expedida pelo Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, para o estado do Pará, sendo que a documentação expedida após 01 (um) ano deverá vir acompanhada da Revisão da Autorização de Funcionamento (art. 20, inciso X, da Lei nº 7.102 de 20.06.83);

15.3.3.1.4. Certificado de Segurança, expedido pelo Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Portaria nº 387/2006 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal;

15.3.3.1.5. Comprovação de comunicação, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 7.102/ 83, juntamente com a certidão de cumprimento de comunicação, emitida pela Polícia Civil do Estado do Pará;

15.3.3.1.6. Autorização para compra de armas de fogo (Revólver Calibre 38) e munições e porte para uso dos vigilantes, expedida pelo

da proposta, na forma da Lei, admitida à atualização através de índices oficiais (artigo 31, § 3º da Lei nº 8.666/93);

15.3.4.4.1. O balanço deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

15.3.4.4.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

15.3.5. Declaração do proponente de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao preceito da CF/88, art. 7º, XXXIII e à Lei nº 9. 854/99, conforme o modelo existente e disponível no sítio www.gov.br/compras.

15.3.6. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme o modelo existente e disponível no sítio www.gov.br/compras.

15.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

15.7. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.8. Os documentos exigidos deverão, preferencialmente, ser relacionados, separados, colecionados e numerados na ordem estabelecida neste edital.

15.9. Caso haja alguma documentação vencida, cassada ou inexistente no SICAF o Pregoeiro pesquisará junto ao site oficial do órgão emissor da documentação e na sua impossibilidade solicitará o envio por parte do licitante para o e-mail: licitacao@defensoria.pa.def.br, assinando prazo máximo de 2 (duas) hora para cumprimento da diligência por parte do licitante, sob pena de inabilitação.

15.10. O Pregoeiro poderá fazer averiguações nos sites oficiais mantidos na Internet por órgãos públicos acerca de requisitos a serem cumpridos pelos licitantes, tanto com relação à veracidade da Proposta de Preços e seus anexos, quanto aos requisitos de habilitação, valendo os resultados das consultas como meio legal de prova para tomada de decisões.

15.11. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO** e atender às exigências fixadas neste edital.

15.12. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.13. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

15.14. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, feita pelo (a) Pregoeiro (a), ficará sujeita à homologação do Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a sua intenção de recorrer.

16.2. Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as suas razões, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.

16.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.7. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no portal www.gov.br/compras.

16.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, localizada na Rua Padre Prudêncio, nº 154, 2º Andar - CLCC – Coordenação de Licitação, Contratos e Convênios. Campina – Belém – PA, no horário local de 8h às 14h de segunda a sexta-feira.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver interposição de recurso, e pela autoridade superior quando da existência de recurso.

17.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

18. DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e art.9º,§2º do Decreto Estadual nº991/2020, a dotação orçamentária será indicada somente antes da formalização do contrato.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1. As condições contratuais encontram-se previstas nos termos da Minuta – **Anexo IX** deste Edital.

19.2. A Empresa vencedora se compromete cumprir todas as exigências contidas neste Edital, no Termo de Referência e no Contrato.

20. DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços, documento vinculativo, obrigacional, será formalizada de acordo com o **Anexo VIII** e terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e conforme as condições previstas neste edital e seus anexos.

20.2. A Defensoria Pública do Estado do Pará convocará o(s) licitante(s) melhor(es) classificado(s), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo expresso em documento oficial, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante a apresentação de justificativa.

20.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se o licitante às

20.12. Não havendo êxito nas negociações, esta Defensoria Pública deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20.13. A Ata de Registro de Preços, assim como o (s) Contrato (s) decorrente (s) da presente licitação, bem como suas alterações, ficará (ão) subordinado (s) às normas da Lei federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Estadual nº 991/2020 e de acordo com a minuta (s) anexa (s) ao presente instrumento.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O fornecedor signatário da Ata terá seu registro de preços cancelado nas seguintes situações:

21.1.1. Por iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Pará, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

21.1.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

21.1.1.2. Não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

21.1.1.3. Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

21.1.1.4. Houver razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

21.1.2. A pedido, quando:

21.1.2.1. O fornecedor registrado comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

21.1.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração da Defensoria Pública do Estado do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

22.1.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 48 do Decreto Federal 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

22.1.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

22.1.1.2. não entregar a documentação exigida no edital;

22.1.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.1.4. causar o atraso na execução do objeto;

22.1.1.5. não manter a proposta;

22.1.1.6. falhar na execução do contrato;

22.1.1.7. fraudar a execução do contrato;

22.1.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.1.1.9. declarar informações falsas;

22.1.1.10. cometer fraude fiscal.

22.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

22.2.1. Advertência

22.2.1.2 Multa de:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da fatura mensal em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

Obs.: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nas alíneas anteriores, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a graduação constante na Tabela 2, Anexo I Termo de Referência.

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos Anexos deste Edital, quais sejam, no Termo de Referência e no Contrato.

24.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

24.3. A critério da Defensoria Pública do Estado do Pará, a presente licitação poderá ser:

24.3.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração.

24.3.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

24.3.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidades previstas na legislação pertinente.

24.5. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente.

24.6. A contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento. No caso do início ou vencimento do prazo recair em dia em que não haja expediente na Defensoria Pública do Estado do Pará, o termo inicial ou final se dará no primeiro dia útil subsequente.

24.7. Incorre em crime aquele que impedir, perturbar, descumprir prazos exigidos pelo edital e pela legislação ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se às penalidades e sanções previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, sem prejuízo das sanções previstas nas demais legislações pertinentes que estejam em vigor.

24.8. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

24.9. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei Estadual nº 6.474/2002, no Decreto Estadual nº 534/2020, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, e demais normas vigentes que regulam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico e subsidiariamente pela Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o Foro da cidade de Belém/PA, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Edital, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém, 06 de dezembro de 2021.

EDUARDO TATHUHIRO NAKATA
Pregoeiro - DPE/PA

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Defensor Público Geral do Estado do Pará.

ASSINATURA ELETRÔNICA DO PREGOEIRO: 6D94DAE.FA62.C77.67C1558B17DC190B97
EM 09/12/2021 18:03 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 6D94DAE.FA62.C77.67C1558B17DC190B97

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021-DPE/PA

PROCESSO/PROTOCOLLO N°. 2021/1050686

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial ostensiva nas dependências das unidades da Defensoria Pública do Estado de Pará, com uso de arma de fogo e armamento não letal (arma de choque taser e spray de pimenta), nos termos, especificações e quantitativos presentes neste Termo de Referência;

1.2. Os quantitativos estimados para os postos de trabalho dar-se-ão conforme disposto na tabela abaixo:

LOTE 01 – REGIÃO METROPOLITANA						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
01	Belém	16	04	04	08	20
02	Ananindeua	03	0	01	02	
03	Marituba	01	0	0	01	

LOTE 02 – REGIÃO GUAMÁ						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
04	Castanhal	01	0	0	01	01

LOTE 03 – REGIÃO CARAJÁS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
05	Marabá	01	0	0	01	01

LOTE 04 – REGIÃO PARAUAPEBAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
06	Parauapebas	01	0	0	01	01

LOTE 05 – REGIÃO ARAGUAIA						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
07	Redenção	01	0	0	01	01

LOTE 06 – REGIÃO BAIXO-AMAZONAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
08	Santarém	01	0	0	01	01

1.3. Para a execução dos serviços, a CONTRATANTE deverá disponibilizar os seguintes recursos financeiros por Postos de Trabalho:

LOTE 01 – REGIÃO METROPOLITANA - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 01/ 02/ 03/ 04/ 05/ 06 - GRUPO 01								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
01	BELÉM	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	4	12.947,24	13.289,89	12.564,95	R\$ 12.947,24	R\$ 51.788,96
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	4	17.001,75	17.390,27	15.449,09	R\$ 17.001,75	R\$ 68.007,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	8	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 59.971,28
02	ANANINDEUA	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	1	17.001,75	17.390,27	15.449,09	R\$ 17.001,75	R\$ 17.001,75
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	2	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 14.992,82
03	MARITUBA	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 219.258,22
LOTE 02 – REGIÃO GUAMÁ - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 07								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
04	CASTANHAL	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 7.496,41
LOTE 03 – REGIÃO CARAJÁS - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 08								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
05	MARABÁ	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 7.496,41
LOTE 04 – REGIÃO PARAUAPEBAS - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 09								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
06	PARAUAPEBAS	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 7.496,41
LOTE 05 – REGIÃO ARAGUAIA - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 10								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
07	REDENÇÃO	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 7.496,41
LOTE 06 – REGIÃO BAIXO-AMAZONAS - COMPRAS.GOV.BR - ITEM 11								
ITEM	POSTO	DESCRIÇÃO POSTOS	QUANT	EMPRESA I	EMPRESA II	EMPRESA III	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	P. MÉDIO TOTAL
08	SANTARÉM	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	0	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	1	7.496,41	7.634,54	7.319,00	R\$ 7.496,41	R\$ 7.496,41
VALOR TOTAL								R\$ 7.496,41
TOTAL MÉDIO MENSAL GLOBAL						R\$ 256.740,27		
DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS								

- 1.4. Os valores constantes no item 1.3., referem-se a uma estimativa obtida por intermédio de pesquisa de preços praticados no mercado, os quais deverão ser considerados pelas Licitantes como base mínima para a composição da proposta de preços.
- 1.5. A Defensoria Pública do Estado do Pará não se obriga a contratar todos os Postos de Trabalho acima quantificados e o fornecimento deles ocorrerá mediante solicitações parciais, na medida das necessidades do serviço.
- 1.6. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada.
- 1.7. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.8. Ressalta-se o quantitativo acima decorre de estimativa, de modo que os postos de serviço poderão ser ativados mediante Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, devendo somente serem remunerados após a devida comprovada efetivação do posto, de acordo com a necessidade.
- 1.9. A Contratante poderá solicitar o remanejamento dos postos de acordo com a necessidade, conforme a quantidade total dos postos contratados.
- 1.10. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.11. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no Art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação dos serviços de vigilância armada de forma contínua, tem por finalidade proteger diuturnamente através de postos de vigilância em regime de escala 12x36h e/ou 44h, a guarda do patrimônio público, suas instalações, bem como a segurança e integridade física dos servidores e de todos os usuários que buscam atendimento nas dependências desta Defensoria Pública, permitindo assim fazer cumprir nossa missão institucional.
- 2.2. O serviço de vigilância consiste em guarda dos bens imóveis, bem como o controle da movimentação de pessoas que demandam nas unidades, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra através de empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis.
- 2.3. A contratação dos serviços de vigilância com armamento letal e não letal, conforme quantitativo de postos previstos, visa o acompanhamento da segurança ao patrimônio público, seja pela atuação ostensiva dos vigilantes, assim dentro de suas funções, a proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultam em dano ao patrimônio e à integridade física dos servidores, colaboradores e usuários que eventualmente transitam pelas instalações desta Defensoria Pública, fazendo uso progressivo da força sempre que necessário.
- 2.4. O levantamento da demanda estimada para a contratação, considerou fatores como: quantitativo de unidades e sua vulnerabilidade de acordo com a extensão de sua área total e acessos, fluxo de pessoas e horário de funcionamento que impactam diretamente no total de atendimentos realizados.
- 2.5. O estudo técnico preliminar (anexo) foi utilizado como base para definir os parâmetros da contratação como: localização, quantidade e tipo de postos de trabalho de vigilância.
- 2.6. A contratação da atividade serve para facilitar, otimizar e controlar a estratégia de segurança e a responsabilização da Contratada pelo patrimônio público resguardado, pela integridade física de seus Servidores e dos usuários que demandam atendimentos nas suas instalações.
- 2.7. A contratação dar-se-á por empreitada por preço global, porém a execução dos serviços será de acordo com a necessidade da Administração a partir da emissão de ordem de serviço.
- 2.8. Justifica-se o agrupamento dos itens por ser técnica e economicamente viável para a Administração, pois quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, assim como gera menor impacto ou dificuldades para sua fiscalização, ensejando assim

também menores custos para a Administração, conforme destacamos o Acórdão nº 1099/2008², Acórdão 825/2010 – TCU Plenário e Acórdão 1679/2015-TCU Plenário que estabelecem recomendações relacionadas à referida contratação;

2.9. Desse modo, entendemos que o não parcelamento do objeto ensejaria em uma redução dos preços ofertados, do contrário, a divisão desses serviços implicaria aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los e principalmente para geri-los considerando a demanda de atribuições e responsabilidade da fiscalização na execução dos serviços e na aferição de documentação extensa relacionada a prestação dos serviços contratados.

2.10. Por fim, destacamos que a contratação consiste na aquisição de serviço continuado de natureza comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico SRP.

2.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A contratação dos serviços de vigilância ostensiva armada, executados de forma contínua obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, nas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/1994 e Lei Federal nº 9.648/1998 da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e alterações, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, no Decreto nº 8.538 de 06/10/2015, pela Portaria DPF 3.233/2012 alterada pela Portaria nº 3.559/2013 do Departamento de Polícia Federal, Lei 12.740/2012 e Lei nº 7.102/1983.

3.2. A contratação tem como respaldo legal o disposto da Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002; Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; Decreto nº 10.024, de 2019; Instrução Normativa/SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017 e alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

3.3. Ressaltando-se, ainda, a Portaria nº 3.233, de 10 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada (norma editada pela Polícia Federal) e suas alterações.

3.4. A prestação dos serviços de vigilância relacionados neste Projeto terá como indicação os sindicatos SINDIVIPA x SINDESP/PA com data-base em janeiro e sua respectiva Convenção Coletiva que regem as categorias profissionais que executarão os serviços.

3.5. Ressalta-se que a presente contratação atenta aos preceitos dispostos no Guia Nacional de Licitação Sustentáveis, instaurando uma contratação que não só se atente a sustentabilidade do serviço, mas também aos conceitos de eficiência e bem-estar.

3.6. A contratação é necessária à segurança patrimonial, tanto material quanto imaterial, da Defensoria Pública. O serviço ainda emana aos arredores, de espaço público, possibilitando coibir a possível ação de agentes externos de intenções adversas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico SRP.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

² Acórdão nº 1099/2008 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento se mostra adequada, no mínimo do ponto de vista técnico;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na convenção coletiva de trabalho vigente que rege a categoria.

5.1.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.1.4. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

5.1.4.1. Vigilante - CBO 5173-30:

5.1.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

5.1.6. Para o exercício da profissão, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos conforme o art.16 da Lei nº7.102/83:

- a) ser brasileiro;
- b) ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau (hoje 4ª série do ensino fundamental);
- d) ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da lei;
- e) ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
- f) não ter antecedentes registrados; e
- g) estar quite com as obrigações eleitorais e militares

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 14 horas.

6.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.1.4. A vistoria deverá ser agendada na Coordenação Administrativa desta Defensoria Pública, por meio do e-mail assessoria.daf@defensoria.pa.def.br.

6.1.5. A empresa que realizar a vistoria, deverá apresentar, juntamente com sua proposta de preços, a Declaração de Vistoria, conforme Anexo, assinada pelo servidor designado, preferencialmente em papel

timbrado, de que compareceu e vistoriou os locais onde serão executados os serviços, e que tomou conhecimento de todos os detalhes que se farão necessários à apresentação de sua proposta.

6.1.6. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração de não vistoria, juntamente com sua proposta de preços, afirmando estar ciente que não poderá alegar desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvida ou esquecimento que possam provocar empecilho ou gerar atrasos nas instalações.

6.1.7. A não realização da vistoria, quando facultava, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.1.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Qualificação Técnica

7.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação, assim entendido como prestação de serviço de vigilância armada, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com número de postos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do total de vigilantes por período mínimo de 3 (três) anos;

7.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, a saber, serviço de segurança e/ou vigilância armada;

7.1.3. Autorização de Funcionamento, expedida pelo Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, para o estado do Pará, sendo que a documentação expedida após 01 (um) ano deverá vir acompanhada da Revisão da Autorização de Funcionamento (art. 20, inciso X, da Lei nº 7.102 de 20.06.83);

7.1.4. Certificado de Segurança, expedido pelo Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Portaria nº 387/2006 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal;

7.1.5. Comprovação de comunicação, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 7.102/ 83, juntamente com a certidão de cumprimento de comunicação, emitida pela Polícia Civil do Estado do Pará;

7.1.6. Autorização para compra de armas de fogo (Revólver Calibre 38) e munições e porte para uso dos vigilantes, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria nº 387/2006 - DG/DPF, do Ministério da Justiça e conforme previsto na Lei nº 10.826/2003, em quantidade compatível a 50% (cinquenta por cento) do objeto da contratação;

7.1.7. Autorização para compra de armas não-letal (tipo taser e espargidor de agente químico), expedida pelo Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal em quantidade compatível a 50% (cinquenta por cento) do objeto da contratação;

7.1.8. Comprovação de que o Licitante possui Centro de Formação e Treinamento de Vigilantes ou que está devidamente conveniada com empresa especializada em cursos de formação e treinamento de vigilantes, legalmente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça/Superintendência Regional/Pará, do Departamento de Polícia Federal, mediante apresentação da respectiva Autorização, do Certificado de Segurança e Revisão quando for o caso, e ainda Declaração emitida pelo Centro ou Curso de Formação e Treinamento de Vigilantes, com as respectivas cópias dos contratos firmados, indicando que a licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes, conforme Portaria n.º 387/2006-DPFMJ.

7.1.9. Apresentar Declarações de Vistoria, assinada pelo servidor do local, de que visitou todos os locais indicados para a instalação dos Postos de Vigilância ou Declaração de dispensa de vistoria,

informando que tem pleno conhecimento das condições dos locais e dos riscos para o cumprimento das obrigações inerentes aos serviços objeto da licitação.

7.2. Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.1. Certidão Negativa de Falência e de Concordata expedida pelo cartório distribuidor da Sede da pessoa jurídica;

7.2.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentação na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial, vedada a substituição por balancete ou balanços provisórios;

7.2.3. O Balanço e as Demonstrações contábeis deverão obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei e os indicados pela ciência contábil, bem como assinados pelos titulares da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade;

7.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, podendo a comprovação ser feita através de Balanço Patrimonial ou de Contrato Social e suas alterações posteriores, conforme cálculos abaixo:

Liquidez Geral (LG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

Solvência Geral (SG) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC} \geq 1,0$$

Liquidez Corrente (LC) não inferior a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

7.2.5. As empresas deverão comprovar índice de Endividamento Total - ET, que deverá ser inferior ou igual a 0,60 (sessenta centésimos), obtido a partir da fórmula abaixo, consoante previsto no Acórdão 628/2014- TCU – Plenário, conforme fórmula abaixo:

Endividamento Total (ET) não superior a 0,60 (sessenta centésimos), obtido pela fórmula:

$$ET = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 0,60$$

Legenda:

AC–Ativo Circulante RLP–
Realizável a Longo Prazo PC–
Passivo Circulante PNC–
Passivo Não Circulante ELP–
Exigível a Longo Prazo AT–
Ativo Total

7.2.7. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

7.2.7.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

7.3. Regularidade trabalhista:

7.3.2. Declaração de que contratará pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos do Decreto nº 9.450/2018, acompanhada de declaração emitida pelo órgão responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas aptas à execução de trabalho externo.

8.1. A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do instrumento contratual.

8.3. A critério da Administração, os serviços poderão ser solicitados por meio de Ordem de Serviço emitida pelo Órgão, conforme necessidade, de acordo com a localidade, comunicado previamente, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a efetiva implantação do posto a solicitado.

8.5. COMPETE AOS VIGILANTES:

8.5.2. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;

8.5.4. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada ente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando, em documento próprio, nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

8.5.5. Cumprir, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral, a programação dos serviços fixada pela Administração;

8.5.27. Informar, imediatamente, à chefia de segurança e à central de rádio sobre quaisquer anormalidades ou irregularidades, inclusive de ordem funcional, as quais possam representar risco às pessoas ou ao patrimônio, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

- 8.5.28.** Atender com prontidão a quaisquer determinações do Órgão;
- 8.5.29.** Manter a guarda no posto;
- 8.5.30.** Orientar visitantes, servidores e usuários;
- 8.5.31.** Abordar e identificar elementos suspeitos, comunicando à chefia de segurança e chamando a polícia;
- 8.5.32.** Revezar e apoiar outros postos, assumindo os encargos pertinentes em cada posto;
- 8.5.33.** Informar à chefia do serviço de segurança qualquer alteração em seu posto;
- 8.5.34.** Abrir e fechar as portas dos edifícios, no início e no final do expediente;
- 8.5.35.** Registrar, em Livro de Ocorrência, os principais fatos relativos ao serviço;
- 8.5.36.** Adotar medidas preventivas e repressivas diante de possíveis ataques aos servidores, funcionários e transeuntes que estiverem no Órgão, evitando exposição destes a situações de risco;
- 8.5.37.** Apoiar, quando necessário, a Administração em situações relacionadas à segurança;
- 8.5.38.** Estar apto a manejar e usar com eficiência armamento e equipamentos empregado na atividade de vigilância, como último recurso de defesa pessoal ou de terceiros;
- 8.5.39.** Colaborar, nos casos de emergência ou necessidade de abandono das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos.
- 8.5.40.** Fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação.

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A aceitação do objeto ficará condicionada ao atendimento das exigências deste Termo de referência quanto à execução dos serviços, ao cumprimento das cláusulas contratuais e às demais obrigações.

9.2. A avaliação dos serviços da Contratada será realizada por meio de fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração, ulizando-se de relatórios periódicos e outros meios de registro, podendo respaldar-se, inclusive, em consulta de satisfação dos usuários, de acordo com periodicidade a ser estabelecida pelo setor responsável, e observará os seguintes aspectos quanto à conduta dos terceirizados:

9.2.1. Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

9.2.2. Emprego dos recursos humanos, em função da quantidade e da formação profissional exigidas, comparecendo ao trabalho sempre asseado, uniformizado e portando crachá;

9.2.3. Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

9.2.4. Satisfação do público usuário, tratando-se as pessoas com urbanidade e respeito, independente do cargo ou posição que ocupem;

9.2.5. Zelo pelo uso adequado da linguagem, evitando gírias, palavrões ou expressões não apropriadas ao tipo de relacionamento formal que o trabalho impõe; e

9.2.6. Cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

9.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

9.5. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á documentos referentes ao mês anterior, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser

Calçado	1	Bota ou sapato de segurança, coturno com solado de borracha
Meias	2	Par de meias
Cinto táctico	1	Cinto de nylon
Cobertura	1	Boina/Quepe com emblema
Jaqueta	1	Jaqueta para frio com emblema da empresa
Capa de chuva	1	Capa de chuva plástica
Apito	1	Apito de metal com cordão
Crachá	1	Crachá de identificação compatível com o sistema de segurança

Equipamentos por posto		
Descrição	Qtd.	Especificação
Rádio Portátil - todos os postos com mais de 1 (um) vigilante	1	Rádio portátil (HT) digital para comunicação novo e de primeiro uso, alcance mínimo de 4 km, com bateria recarregável reserva
Lanterna – Posto de vigilância noturna	1	Lanterna portátil tipo Led
Revólver (arma de fogo) – para postos escala 12x36h	1	Revólver calibre 38 – mínimo 5 tiros
Munição calibre 38 – para postos escala 12x36h	10	Munição para revólver calibre 38 na quantidade mínima de 2 vezes a capacidade de tiros do revólver.
Colete balístico - para todos os postos	1	Placa de colete balístico com Proteção Nível II-A (mínimo) e Capa de colete balístico com emblema da empresa, confeccionado em tecido de alta resistência.
Tonfa - para todos os postos	1	Bastão tipo tonfa.
Arma Não Letal – para os postos escala 44h	1	Arma de choque elétrico tipo Taser, com lançamento de dardos energizados
Spray de pimenta – para os postos escala 44h	1	Espargidores de agente químico lacrimogênio, em solução (líquido), espuma ou gel.
Detector Metal	1	Detector de metais portátil

10.4. A Contratada fornecerá 01 (um) conjunto completo no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 06 (seis) meses, ou sempre que não apresentarem as condições mínimas de conservação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após comunicação escrita da Contratante.

10.5. A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes e equipamentos que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE ou mesmo para os empregados.

10.6. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

10.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

10.8. Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes, equipamentos e materiais deverão ser repassados aos seus empregados;

10.9. Se, antes de completar 6 (seis) meses de uso, o uniforme, peça ou uniforme completo, apresentar qualquer tipo de desgaste, a Contratada deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou

- ASSINARE ELECTRONICAMENTE PER OBTENERE OBTENIR EL CERTIFICADO (11.04.19/2006) (2006)

Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.13. Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.15. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.16. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual, até o 5º (quinto) dia útil, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.17. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.18. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.19. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sendo, a fim de evitar desvio de função;

11.23. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.23.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.34. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- ASSINABAS EN VÍDEO ELECTRÓNICAMENTE: PEDRO ROSARIO: Víctor Paulino G. G. (L419/2006) / 2006)

- ## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- ASSINAR E ENVIAR O DOCUMENTO PARA O USUÁRIO: Vitoriano Paulo da Costa Gonçalves (Cf. email JLLeidi.9/2006/9/2006)
- EM 09/12/2021 13:03 (Hora Local) - Aut. Assinatura: B38AAE3398092B5.6565EE7A07F5A2B.670994F83DA03435B.5F7FA19535E98881

12.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13.3. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência do contrato, a contratante expedirá comunicado à contratada para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato e os documentos comprobatórios atualizados de que ainda possui as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

13.8. Recebido e aceito o preenchimento dos postos de serviços pela Contratante, dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade para fins de faturamento.

14.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “Simples”, deverá apresentar, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e

14.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos

Modelo IN 05/2017 alterada pela IN 07/2018

Dia / / às : horas

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual:	

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Mão de obra vinculada à execução contratual

	Dados para composição dos custos referentes a mão de obra
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)

5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)
---	--------------------------------------

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
G	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

<u>Outras Contribuições:</u>			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1% para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 e o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º IN 05/2017.

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Nota 1: Para este módulo há base de cálculo diferente para o Aviso Prévio Trabalhado e para o Aviso Prévio Indenizado;

Nota 2: Para o AVI a base de cálculo consiste no somatório do Módulo 1 com Módulo 2, menos os itens A, B, C, D, E, F e G do sub-módulo 2.2;

Nota 3: Para o AVT a base de cálculo consiste no somatório do Módulo 1 com Módulo 2;

MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência sobre o somatório dos módulos 1, 2 e 3.

4.1	Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença-Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
Total		

4.2	Intrajornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	
	Total	

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
Total		

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	Total		

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Total do MÓDULO 1 - Composição da Remuneração	
B	Total do MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Total do MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão	
D	Total do MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Total do MÓDULO 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Total do MÓDULO 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

ANEXO 49
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021-DPE/PA
PROCESSO/PROTOCOLO Nº. 2021/1050686
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos que a empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada pelo Senhor _____, compareceu à **VISTORIA**, facultativa, oportunidade em que foi tomado conhecimento das condições locais, bem como de todas as informações para o pleno cumprimento das obrigações previstas nesta licitação, necessárias à formulação da Proposta de Preços.

Local, ____ de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura de responsável

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do contrato	Valor total do contrato*
_____	_____	_____

Valor Total dos Contratos

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo e telefone dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: *considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MPDG Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

Valor da receita bruta - Valor total dos contratos x 100 = Valor da receita bruta

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021-DPE/PA
PROCESSO/PROTOCOLO Nº. 2021/1050686
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1.1. O presente documento pretende apresentar Estudo Técnico Preliminar para análise da viabilidade com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, nos termos dos artigos 24, 25, 26, 27 e Anexo III da Instrução Normativa nº. 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.1. A contratação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial com uso de arma de fogo e também por meio de armas com menor potencial ofensivo, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, tem por finalidade proteger diuturnamente através de postos de vigilância, a guarda do patrimônio público, suas instalações, bem como a segurança da integridade física dos servidores e de toda a comunidade, bem como o controle da movimentação de pessoas e veículos que demandam aquelas unidades, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra especializada através de empresa especializada do ramo, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis.

2.2. Justifica-se a contratação desses serviços pela necessidade de atender as demandas de segurança da instituição não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio e, em especial garantindo a integridade física da comunidade.

2.3. Os serviços possuem caráter diuturno de natureza imprescindível, considerados auxiliares e necessários para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas do órgão, visando o não comprometimento da segurança e a continuidade da atividade-fim da Instituição.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

- 3.1. Convenções Coletivas Vigentes;
- 3.2. Lei Federal nº 8.666/1993;
- 3.3. Lei Federal nº 7.102, de 20/06/1983;
- 3.4. Lei nº 8.863 de 28/03/1994;
- 3.5. Lei nº 9.017 de 30/03/1995 ;
- 3.6. Decretos Federais nº 89.056 de 24/11/1983 e 1.592, de 10/08/1995;
- 3.7. Lei Federal nº 8.883/1994;
- 3.8. Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- 3.9. Decreto nº 8.538 de 06/10/2015;
- 3.10. Portarias nº 891/1999-DG/DPF e nº3.233/2012-DG/DPF;
- 3.11. Lei 12.740/2012;
- 3.12. Instrução Normativa nº 05/2017, de 25 de maio de 2017, da SEGE/MP;
- 3.13. Lei nº 9.032, de 26 de abril de 1995.

5.5.4. No modelo de execução a ser adotado para a presente contratação, inclui a prestação de serviço de vigilância ostensiva com cessão de mão de obra especializada, com uso de arma de fogo, bem como utilização de armas não-letais que possuem menor potencial ofensivo (conforme estudo anexo), com o objetivo de alcançar a prevenção e operacionalidade dos serviços, objeto deste estudo.

6.2. Desta forma, definimos abaixo o dimensionamento das quantidades de acordo com cada posto a ser instalado:

LOTE 03 – REGIÃO CARAJÁS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL

05	Marabá	01	0	0	01	01
-----------	--------	----	---	---	----	----

LOTE 04 – REGIÃO PARAUAPEBAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
06	Parauapebas	01	0	0	01	01

LOTE 05 – REGIÃO ARAGUAIA						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
07	Redenção	01	0	0	01	01

LOTE 06 – REGIÃO BAIXO-AMAZONAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
08	Santarém	01	0	0	01	01

6.3. Postos:

PRÉDIO SEDE, CENTRAL DE ATENDIMENTO – MANOEL BARATA; CORREGEDORIA – CAMPOS SALES; CENTRAL DE ATENDIMENTO – 1º DE MARÇO; ENTRÂNCIA E NAECA; ICOARACI; ANANINDEUA; MARITUBA; CASTANHAL; PARAUAPEBAS; MARABÁ; REDENÇÃO E SANTARÉM.

7. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. Os serviços que exigem dedicação de mão de obra serão contratados estabelecendo-se como unidade de medida o preço por posto de trabalho, calculado de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.2. A fixação dos valores limites para os serviços de vigilância e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS.

7.3. Os valores estimados podem ser estabelecidos por meio de ampla pesquisa junto ao mercado local, visando garantir a exequibilidade da contratação.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A execução dos serviços de vigilância armada nas dependências da Defensoria Pública do Estado do Pará deverá ser executada rigorosamente de acordo com as normas, requisitos e exigências consignadas na legislação regulamentar do exercício das atividades de segurança privada, nos locais e horários estabelecidos, conforme os tipos e quantidades de postos de vigilância especificados acima, ainda, o emprego de mão de obra especializada e equipamentos fornecidos pela Contratada;

c) cinto – Em nylon de boa qualidade;

- 8.8. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar para cada posto de serviço, materiais e equipamentos em quantidades e qualidades a seguir estabelecidas, substituindo-os quando requerido, apresentarem defeitos ou de acordo com a legislação quanto ao prazo de validade.

Equipamentos por posto		
Descrição	Qtd.	Especificação
Rádio Portátil - todos os postos com mais de 1 (um) vigilante	1	Rádio portátil (HT) digital para comunicação novo e de primeiro uso, alcance mínimo de 4 km, com bateria recarregável reserva
Lanterna – Posto de vigilância noturna	1	Lanterna portátil tipo Led
Revólver (arma de fogo) – para postos	1	Revólver calibre 38 – mínimo 5 tiros

escala 12x36h		
Munição calibre 38 – para postos escala 12x36h	10	Munição para revólver calibre 38 na quantidade mínima de 2 vezes a capacidade de tiros do revólver.
Colete balístico - para todos os postos	1	Placa de colete balístico com Proteção Nível II-A (mínimo) e Capa de colete balístico com emblema da empresa, confeccionado em tecido de alta resistência.
Tonfa - para todos os postos	1	Bastão tipo tonfa.
Arma Não Letal – para os postos escala 44h	1	Arma de choque elétrico tipo Taser, com lançamento de dardos energizados
Spray de pimenta – para os postos escala 44h	1	Espargidores de agente químico lacrimogênio, em solução (líquido), espuma ou gel.
Detector Metal	1	Detector de metais portátil

OBS¹: A arma de choque elétrico (tipo Taser) e Espargidores de Agente Químico será utilizada nos postos de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

8.9. O armamento fornecido aos vigilantes deverá estar legalizado pelas autoridades fiscalizadoras e seu uso e porte restringir-se-á somente em serviço.

8.10. Nenhum volume, objeto ou equipamento pertencente ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Pará poderá ser retirado sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, a qual será retida pelo vigilante e encaminhada ao setor competente.

8.11. O vigilante poderá exigir a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, restando os que apresentarem qualquer irregularidade.

8.12. Ocorrendo o desaparecimento de materiais, bens ou valores por omissão ou negligência da Contratada, esta será responsabilizada, devendo arcar com o ônus da reposição dos materiais, bens ou valores.

8.13. Os vigilantes escalados para os postos de vigilância deverão apresentar-se sempre uniformizados, barbeados, com aparência pessoal adequada e identificados com o crachá da Contratada.

8.14. Os vigilantes permitirão o ingresso nas instalações do Órgão somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, de acordo com as normas internas.

8.15. Os vigilantes controlarão a entrada e a saída de veículos nas instalações do Órgão, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de servidores autorizados a estacionarem seus carros na área estacionamento do Órgão, mantendo sempre os portões fechados.

8.16. Repassar ao vigilante que assumirá o posto, a quando da rendição, todas as orientações recebidas, bem como quaisquer acontecimentos considerados fora da rotina.

8.17. Comunicar imediatamente ao Setor Responsável, bem como ao responsável pelo posto, todo e qualquer acontecimento considerado como anormal ou irregular, inclusive de ordem

funcional, que possa vir a representar risco para o patrimônio da empresa e fazer o devido registro no livro de ocorrências.

8.18. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às dependências do Órgão, salvo se expressamente autorizados.

8.19. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao Setor Responsável no caso de desobediência.

8.20. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações do Órgão ou de pessoas.

8.21. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, empregados ou de terceiros.

8.22. Colaborar com as polícias civil e militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Órgão.

8.23. Zelar pela manutenção e conservação dos bens do Órgão disponibilizados para sua utilização no posto, responsabilizando-se por eventuais danos ao patrimônio público.

8.24. Utilizar o cassete somente em legítima defesa ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do Órgão, depois de esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema.

8.25. Exercer vigilância em todas as áreas internas e externas do prédio sede do Órgão, com a realização de rondas programadas.

8.26. A Contratada deverá indicar um preposto, para representá-la na supervisão e execução do serviço.

8.27. A Contratada deverá fornecer ao Setor Responsável a relação nominal dos vigilantes escalados para os respectivos turnos e a escala de trabalho de cada posto de vigilância, informando com antecedência, por escrito, as alterações que por ventura ocorrerem, tais como férias, licenças e etc., bem como todo e qualquer remanejamento ou substituição de pessoal.

8.28. Todo e qualquer vigilante que desobedeça às recomendações e normas do Órgão ou cuja conduta seja danosa e/ou prejudicial à perfeita execução do serviço, deverá ser substituído pela Contratada.

8.30. A Defensoria Pública, por meio do Setor Responsável, poderá exigir a apresentação de atestados de antecedentes criminais e de boa conduta dos vigilantes da Contratada, sempre que solicitado.

9. JUSTIFICATIVAS

9.1. DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1.1. A contratação de postos de serviço de vigilância patrimonial deverá ser licitada de modo agrupado. A motivação para o agrupamento decorre da otimização da operacionalização dos serviços de fiscalização pelo Órgão na imputação de responsabilidade e consequente ressarcimento de dano sofrido pela Autarquia. Ademais, a contratação nesses moldes assegura, concomitantemente:

- a) ser técnica e economicamente viável;
- b) que não haverá perda de escala;
- c) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.1.2. A presente contratação visa a obtenção de uma solução de segurança privada única, cujo formato de execução apresenta inviabilidade de parcelamento, todavia, tomando por base as

9.1.4. Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da solução é mais vantajosa para este Órgão, tendo melhor aproveitamento do mercado e, conseqüentemente, melhores preços quando realizada a contratação da solução de forma conjunta, em consonância com o disposto na Súmula 247 do TCU: "*É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.*".

10.1. A presente contratação visa alcançar a prestação do serviço de vigilância armada com máximo desempenho, inclusive com observância aos possíveis impactos ambientais gerados pela execução dos serviços ora contratados, objetivando, sempre, garantir a guarda patrimonial de bens, como também a segurança da integridade física dos servidores, usuários e comunidade em geral, que buscam atendimento em nas unidades desta Defensoria Pública presente em diversas localidades no Estado do Pará.

11.1. No caso específico da presente contratação, inexistente necessidade para adequações do ambiente, haja vista tratar-se de serviços já existentes.

12.2 A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.13.2.O Fiscal do Contrato poderá a qualquer tempo exigir documentos comprobatórios da realização do pagamento de salários, vale-transporte e auxílio-alimentação, por amostragem ou a seu critério.

12.14. Será observado, no que for cabível, o atendimento as determinações pertinentes, constantes da IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações.

12.15. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

12.15..1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas e ocorrências;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

12.16. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo

12.17. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e emitirá parecer ou relatório circunstanciado, de modo a aferir a qualidade da prestação dos serviços.

12.18. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.19. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.21. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Instrumento e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

12.22. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

13. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O serviço de vigilância é essencial para o bom funcionamento desta Defensoria Pública do Estado do Pará, sendo inviável ficar sem contrato para tal finalidade, havendo sérios riscos de prejuízos ao patrimônio público, além do bem-estar de servidores e público que acessa os serviços prestados por este Órgão.

13.2. Considerando a análise desenvolvida neste estudo técnico preliminar, a contratação do serviço de vigilância privada mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, modelo de prestação dos serviços e ampla competitividade, não havendo óbices ao prosseguimento desta, nos moldes aqui propostos.

13.3. Considerando o exposto, concluímos pela total **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**.

Belém (PA), ____ de maio de 2021

(Carimbo e assinatura do responsável)

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. 023/2021-DPE/PA PROCESSO/PROTOCOLO N°. 2021/1050686 ESTUDO DE NECESSIDADES DE APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OBJETIVO

Proporcionar qualidade e eficiência nos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado do Pará oferecidos aos cidadãos que precisam utilizar os serviços presencialmente em seus postos de atendimento, trazendo redução dos riscos através da implantação de armas não letais e de menor potencial ofensivo como armas de choque e Espargidores de agente químico (sprays de pimenta) nos postos de vigilância com um objetivo de alcançar a prevenção e operacionalidade destes serviços, visando ainda a redução e controle de ocorrências, cumprindo assim o objeto contratual do serviço.

INSTITUCIONAL

A Defensoria Pública do Estado do Pará tem como missão e visão institucional:

Garantir Assistência Jurídica integral, gratuita, judicial e extrajudicial, aos legalmente necessitados, prestando-lhes a orientação e a defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e a promoção dos direitos humanos

Instituição autônoma, com atuação efetiva Estado, por meio de gestão integrada, participativa e eficaz, infraestrutura moderna, valorização do corpo funcional, excelência na prestação do serviço público e projeção interinstitucional e social, sendo referência em desempenho, práticas inovadoras e exitosas.

A solução apresentada encontra ligação direta com missão e a visão institucional deste Órgão, no tocante a execução dos serviços ofertados à população, com vistas à valorização e preservação da vida.

DA NECESSIDADE

Sabemos da responsabilidade que a Defensoria Pública possui perante o Estado do Pará e de sua missão de estar presente em todos os cantos possíveis para levar a sociedade a assistência jurídica integral gratuita à população. Nesse sentido todos os dias recebemos em nossas unidades administrativas, diversas pessoas que buscam esse tipo de atendimento.

Inevitavelmente, irá existir pessoas mal-intencionadas ou que por alguma ocasião manifestam comportamento hostil praticando crimes contra outrem, contra patrimônio, contra administração pública, contra os costumes, a paz, a fé pública e a organização do trabalho e sossego.

Entretanto nem todas as ameaças serão de alto grau de gravidade o que não legitima aos agentes de segurança a utilização de força de forma desproporcional. Nesse sentido, faz necessário a disponibilização de ferramentas para que os agentes de segurança possam agir com proporcionalidade e eficácia contendo a situação, mas respeitando os limites da lei, principalmente em locais de grande circulação, onde uma ação com arma de fogo pode ser desastrosa ocorrendo em tragédia, responsabilizações e elevado risco reputacional da instituição.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO PROGRESSIVO DA FORÇA

Os conceitos e definições sobre uso da força esclarecem que:

- a) Força: é toda intervenção compulsória sobre o individuo ou grupo, reduzindo ou eliminando sua capacidade de auto decisão;

de princípios são relevantes para o deslinde da presente controvérsia. No art. 4º, por exemplo, os Princípios preveem que “no cumprimento das suas funções, os responsáveis pela aplicação da lei devem, na medida do possível, aplicar meios não-violentos antes de recorrer ao uso da força e armas de fogo”. (grifei)

DA QUALIFICAÇÃO DO VIGILANTE

Como já mencionado a segurança privada é subsidiária e complementar à segurança pública e subordina-se aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade.³ Certamente a elevação dos níveis serviços prestados pelas empresas de vigilância iniciam pela boa formação de seus quadros de vigilantes. É através da educação e treinamento que formamos profissionais-cidadãos, capacitando-os para melhor atender a sociedade.

Para que os vigilantes possam portar armas não letais não basta o curso regular de formação de vigilantes contido na Portaria n.º 3.233/2012/DPF, é necessário ainda que passem por um curso de extensão em equipamentos não letais I (CENL-I) e ou curso de extensão em equipamentos não letais II (CENL-II) de acordo com a necessidade e conforme a Portaria n.º 3.233/2012, onde serão habilitados a portar e utilizar tecnologia de menor potencial ofensivo.

As aulas teóricas de Tecnologias Não Letais abordam de forma abrangente todas as circunstâncias e cenários do seu possível uso, objetivando preservar a incolumidade física das pessoas controladas com o uso da força durante o exercício da profissão, em conformidade com os preceitos das Organizações das Nações Unidas – ONU relativos aos direitos humanos.

DAS ARMAS NÃO LETAIS

A Polícia Federal, órgão que regula e fiscaliza a atividade de segurança privada prevê as empresas de segurança equiparem seus vigilantes com outros tipos de Armas e Munições, quais seja: Armas e munições não letais, tais como: Espargidor de Agente Químico (Agente lacrimogêneo; CS ou OC), arma de choque elétrico, granadas lacrimogêneas e fumígenas, munições calibre 12 lacrimogêneas e fumígenas, munições calibre 12 com balins de borracha ou plástico e mascara contra gases lacrimogêneos, permitindo desta forma um uso diferenciado da força fazendo com que essas armas e equipamentos de autodefesa possam diminuir a necessidade do uso de armas de fogo de qualquer espécie.

A Arma de choque elétrico, também conhecida pelo nome comercial *Taser*, que nada mais é que um fabricante cujo nome popularizou o produto, é uma arma não-letal que descarrega energia elétrica (armazenada em forma de bateria) em um organismo vivo com o propósito de paralisar seu corpo. Neste meio tempo, o autor do disparo pode dominar o alvo. Existem basicamente 2 modelos de armas de choque:

Arma de Choque de contato e Arma de Lançamento de Eletrodos Energizados (Interrupção Elétrica Intramuscular). Estas armas podem gerar uma descarga de eletrochoque de 50.00 volts, mas com amperagem muito baixa para evitar a morte do agressor.

Dentre as principais aplicações estão:

- a) A contenção de pessoas com agressividade descontrolada;
- b) Contenção de suicida (desarmado);
- c) Defesa contra agressor armado;
- d) Defesa contra animais.

³ Delegado de Polícia Federal Adelar Anderle, Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, MANUAIS DO VIGILANTES - 1. Palavra da Polícia Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto verifica-se que a adoção dos meios de menor potencial ofensivo para o exercício das atividades de segurança na administração pública é uma necessidade para resguardar a paz, o patrimônio, a incolumidade física e a vida dos cidadãos, sejam servidores públicos sejam usuários de serviços públicos.

Por outro lado, a disponibilização de armas não letais para os agentes que atuam na segurança de órgãos da administração, acaba hoje se colocando como autêntica obrigação legal, diante do previsto no art. 5º da lei 13.060/2014, que claramente determina a disponibilização destes instrumentos àqueles que atuam na atividade de segurança.

Belém (PA), ____ de maio de 2021.

(nome, assinatura e carimbo do responsável)

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2021-DPE/PA

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e um, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, criada pela Lei Complementar Estadual nº. 13/93 e reorganizada pela Lei Complementar Estadual 054/2006 de 07 de fevereiro de 2006 e Lei Complementar 091/2014 de 13 de janeiro de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.639.526/0001-38, situada na Rua Padre Prudêncio nº. 154 em Belém/PA, por seu Defensor Público Geral, **Dr. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade 0.000.000 SSP/PA, CPF/MF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas competências e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 991/2020 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021 – DPE/PA**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado pela(s) empresa(s) relacionada(s) de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), conforme informações a seguir:

EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CNPJ:		FONE/FAX:	EMAIL:
RESPONSÁVEL LEGAL:			
QUALIFICAÇÃO:			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO
01			
02			
03			

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021 – DPE/PA**, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial ostensiva nas dependências das unidades da Defensoria Pública do Estado de Pará, com uso de arma de fogo e armamento não letal (arma de choque taser e spray de pimenta), nos termos, especificações e quantitativos presentes no Edital e no Termo de Referência e seus anexos;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA:

O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.

As adesões à Ata, se autorizada pela Administração da Defensoria Pública do Estado do Pará, serão regidas pelo Artigo 24 do Decreto Estadual 991/2020, e não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Integram esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021 – DPE/PA** e seus anexos, as propostas com os preços, o quadro com a ordem classificatória das empresas e preços apresentados no referido certame.

As alterações que se fizerem necessárias serão registradas, conforme o caso, por meio da lavratura de apostila ou termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Defensoria Pública do Estado do Pará e do Fornecedor Beneficiário.

Defensoria Pública do Estado do Pará
Defensor Público Geral

-Razão Social da Empresa-
-Nome do Representante Legal-

1ª - NOME:
CPF:

2ª - NOME:
CPF:

ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 023/2021-DPE/PA
PROCESSO/PROTOCOLO N.º 2021/1050686
CONTRATO N.º 0XX/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA _____.**

Pelo presente instrumento de contrato, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.639.526/0001-38, estabelecida nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Padre Prudêncio n.º 154, Bairro: Campina, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Defensor Público Geral, **Dr. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade n.º XXXXX PC/PA, inscrito no CPF sob o n.º XXXXX, matrícula n.º XXXX, residente e domiciliado em Belém/PA, no uso de sua competência que lhe foi atribuída pela Lei Complementar Estadual n.º 054, de 07 de fevereiro de 2006, e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXX, estabelecida na XX, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXX/SSP/PA e do CPF/MF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em Belém/PA, têm por justo e contratado o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial ostensiva nas dependências das unidades da Defensoria Pública do Estado de Pará, com uso de arma de fogo e armamento não letal (arma de choque taser e spray de pimenta), nos termos, especificações e quantitativos presentes no e Edital e no Termo de Referência e seus anexos;

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PROPOSTA

2.1. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Edital do Pregão **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 023/2021 – DPE/PA**, com o Termo de Referência e Anexos, contidos no Processo n.º **2021/1050686**, do qual é parte integrante e a PROPOSTA da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LOCAL, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS NECESSÁRIOS

3.1. DA SELEÇÃO DE PESSOAL

3.1.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o recrutamento e a seleção dos recursos humanos empregados na execução dos serviços objeto deste Contrato e o cumprimento de todas as obrigações legais e fiscais, inclusive as estabelecidas pela legislação trabalhista, convenção coletiva do trabalho e outras, não imputando nenhuma responsabilidade à Defensoria Pública do Estado do Pará.

3.1.2. Para assegurar a qualidade dos serviços prestados, a CONTRATADA deverá alocar pessoal qualificado e devidamente treinado e manter adequada política de gestão de pessoas. Os profissionais deverão ser integrantes do quadro da CONTRATADA, contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

3.2. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE 01 – REGIÃO METROPOLITANA						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
01	Belém	16	04	04	08	20
02	Ananindeua	03	0	01	02	
03	Marituba	01	0	0	01	

LOTE 02 – REGIÃO GUAMÁ						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
04	Castanhal	01	0	0	01	01

LOTE 03 – REGIÃO CARAJÁS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
05	Marabá	01	0	0	01	01

LOTE 04 – REGIÃO PARAUAPEBAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
06	Parauapebas	01	0	0	01	01

LOTE 05 – REGIÃO ARAGUAIA						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO- LETAL	TOTAL
07	Redenção	01	0	0	01	01

LOTE 06 – REGIÃO BAIXO-AMAZONAS						
Nº	POSTO	QUANT.	DIURNO 12X36H – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	NOTURNO 12X36 – SEG. A DOMINGO – ARMA LETAL	44H – SEG À SEX – ARMA NÃO-LETAL	TOTAL
08	Santarém	01	0	0	01	01

3.2.3. Desta forma, definimos abaixo o dimensionamento das quantidades de acordo com cada posto a ser instalado:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
1	SEDE	Travessa Padre Prudêncio, 154, campina
2	CENTRAL DE ATENDIMENTO	Rua Senador Manoel Barata, 50, campina
3	CORREGEDORIA	Travessa Campos Sales, 280, campina
4	CENTRAL DE ATENDIMENTO NAE	Travessa primeiro de março, 766
5	ENTRÂNCIA E NAECA	Rua São Francisco, s/nº, A, esquina c Almirante Tamandaré, campina
6	ICOARACI	Travessa Souza Franco, 0198, agulha
7	ANANINDEUA	Rua 2 de junho, nº 10, centro
8	MARITUBA	Cedido pela Secretaria Municipal de Marituba
9	CASTANHAL	Rua Hernani Lameira, 507 ao lado da SEMED, CEP: 68740-210
10	PARAUAPEBAS	R. C, 500 - Cidade Nova, Parauapebas - PA, 68515-000
11	MARABÁ	Rodovia Transamazônica, BR230, s/nº, CEP: 68502-700
12	REDENÇÃO	Vilma Guimarães, s/nº parque dos parquís, CEP: 68550-000
13	SANTARÉM	Presidente Vargas, 2720, CEP: 68040-060

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 4.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

4.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2021 – DPE/PA**, Termo de Referência e seus anexos;

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.7.1. Após definição do corpo funcional, repassar ao setor de fiscalização do CONTRATANTE comprovante de formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de cópia autenticada do certificado de Curso de Formação de vigilante com Arma não letal, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, sem repassar quaisquer custos a estes;

4.7.2. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.7.3. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

4.7.4. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

4.7.5. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

4.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

4.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

4.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

4.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

4.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.12. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

4.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e

com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

5.11. Apresentar a relação dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

5.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.13. Substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

5.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.15. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.16. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual, até o 5º (quinto) dia útil, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

5.17. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.18. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do

Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.19. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

5.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

5.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.23. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

5.23.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.23.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.23.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

5.23.4. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

5.23.5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.23.6. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

5.24. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.25. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.26. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

- 5.27.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.28.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.29.** Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 5.30.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 5.31.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 5.32.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.33.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 5.34.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.35.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.36.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.37.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.38.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência.
- 5.39.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 5.40.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.41.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de

acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

5.42. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.43. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.44. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

5.45. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.46. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

5.47. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

5.48. O controle de entrada e saída, bem como as faltas dos empregados da Contratada, será fiscalizado por equipamentos de ponto eletrônico biométrico.

5.49. Manter todos os rádios transmissores e/ou telefone móvel em perfeito funcionamento.

5.50. Fornecer novas baterias para os rádios transmissores sempre que observar o prazo de validade vencido ou em qualquer época, para aquelas que estiverem apresentando problemas.

5.51. Instruir todo corpo efetivo de funcionários a fazer uso do rádio transmissor, conforme norma.

5.52. Em nenhuma hipótese será permitida a ausência de profissional desguarnecendo qualquer posto de trabalho contratado, para garantia da perfeita segurança das instalações;

5.53. Comunicar formal e previamente ao Fiscal do Contrato mudança de posto, transferência ou substituição de qualquer prestador em atividade na execução do contrato.

5.54. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

5.55. Pagar os salários de seus empregados no prazo estabelecido em Lei, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

5.56. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Pará por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, por meio de processo de apuração devidamente fundamentado e justificado.

5.57. Manter, durante a vigência contratual, informações atualizadas quanto ao endereço, razão social, endereço eletrônico e telefones da empresa.

5.64. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

5.65.7. Para propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento do serviço, a Contratada deverá fornecer os equipamentos abaixo:

Calça	2	Calça comprida com bolso lateral
Camisa	2	Camisa de mangas curtas/comprida, com o distintivo bordado
Calçado	1	Bota ou sapato de segurança, coturno com solado de borracha
Meias	2	Par de meias
Cinto táctico	1	Cinto de nylon
Cobertura	1	Boina/Quepe com emblema
Jaqueta	1	Jaqueta para frio com emblema da empresa
Capa de chuva	1	Capa de chuva plástica
Apito	1	Apito de metal com cordão
Crachá	1	Crachá de identificação compatível com o sistema de segurança

Equipamentos por posto		
Descrição	Qtd.	Especificação
Rádio Portátil - todos os postos com mais de 1 (um) vigilante	1	Rádio portátil (HT) digital para comunicação novo e de primeiro uso, alcance mínimo de 4 km, com bateria recarregável reserva
Lanterna – Posto de vigilância noturna	1	Lanterna portátil tipo Led
Revólver (arma de fogo) – para postos escala 12x36h	1	Revólver calibre 38 – mínimo 5 tiros
Munição calibre 38 – para postos escala 12x36h	10	Munição para revólver calibre 38 na quantidade mínima de 2 vezes a capacidade de tiros do revólver.
Colete balístico - para todos os postos	1	Placa de colete balístico com Proteção Nível II-A (mínimo) e Capa de colete balístico com emblema da empresa, confeccionado em tecido de alta resistência.
Tonfa - para todos os postos	1	Bastão tipo tonfa.
Arma Não Letal – para os postos escala 44h	1	Arma de choque elétrico tipo Taser, com lançamento de dardos energizados
Spray de pimenta – para os postos escala 44h	1	Espargidores de agente químico lacrimogênio, em solução (líquido), espuma ou gel.
Detector Metal	1	Detector de metais portátil

OBS¹: A arma de choque elétrico (tipo Taser) e Espargidores de Agente Químico será utilizada nos postos de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

5.65.12. O armamento fornecido aos vigilantes deverá estar legalizado pelas autoridades fiscalizadoras e seu uso e porte restringir-se-á somente em serviço.

5.65.13. Nenhum volume, objeto ou equipamento pertencente ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado do Pará poderá ser retirado sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, a qual será retida pelo vigilante e encaminhada ao setor competente.

5.65.14. O vigilante poderá exigir a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, restando os que apresentarem qualquer irregularidade.

5.65.32. A Defensoria Pública, por meio do Setor Responsável, poderá exigir a apresentação de atestados de antecedentes criminais e de boa conduta dos vigilantes da Contratada, sempre que solicitado.

dia, calculada a partir da data de vencimento até a efetiva liquidação;

9.8. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos: execução defeituosa na execução de serviços; existência de débitos com terceiros, relacionados com os serviços contratados e descumprimento de qualquer obrigação legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão à conta da Dotação Orçamentária da CONTRATANTE vigente para o exercício de 2021, de acordo com a classificação a seguir:

Programa / Projeto / Atividade:

Fonte de Recursos:

Elemento: **Gp Pará:**

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO MENSAL A SER FEITA ANTES DO PAGAMENTO DA FATURA.

10.1. Exigir da empresa comprovante de pagamento dos salários, vale-transporte e auxílio alimentação dos empregados.

10.2. Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

10.2.1. Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitidos pela conectividade social (GFIP);

10.2.2. Cópia da guia de recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

10.2.3. Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE):

10.2.4. Cópia da relação dos Tomadores/Obras (RET);

10.2.5. E social, quando vigente;

10.3. Exigir da empresa os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

10.3.1. Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitidos pela conectividade social (GFIP);

10.3.2. Cópia do comprovante de Declaração de Previdência;

10.3.3. Cópia da guia de Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;

10.3.4. Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE);

10.3.5. Cópia da relação dos Tomadores/Obras (RET).

10.4. Exigir a Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais (conforme Portaria MF -358) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expire o prazo de validade.

10.5. Carteiras de trabalho, quando solicitadas.

10.6. Folhas de pagamento.

10.7. Comprovação de depósito do salário em banco, ou contracheques devidamente datados e assinados.

10.8. Rescisões de contratos, FGTS Rescisório e comprovante de pagamento.

10.9. CAGED.

10.10. RAIS.

10.11. Recibo de férias e comprovantes de pagamento.

10.12. Atestados médicos admissionais e demissionais.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.8. Cometer fraude fiscal.

12.2. Pelo atraso, pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, pelo não atendimento às especificações contidas neste termo, e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, no contrato e nos instrumentos afins, a Defensoria Pública do Estado do Pará poderá aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, além das previstas no item anterior, garantida a ampla e prévia defesa:

12.2.1. Advertência:

12.2.2. Multa aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) Em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nas alíneas anteriores, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a gradação constante na Tabela 2:

12.2.2.1. Tabela 1: DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material ou equipamento licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou quecause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência e por posto
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por empregado e ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datasvençadas.	6	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
20	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital do Pregão Eletrônico n.º ___/20_.	1	Por empregado e por dia de atraso.
21	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por empregado
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na CLÁUSULA DÉCIMA deste contrato.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia
26	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia de indisponibilidade.
27	Impor penalidades, em no máximo 15 (quinze) dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar os equipamentos adequadamente	2	Por empregado e por ocorrência.
28	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
29	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou	2	Por equipamento e dia de

12.2.2.2. Tabela 2: GRAU DE CORRESPONDÊNCIA

12.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DO CONTRATO

14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.7. Será considerada extinta a garantia:

Página | 91

17.6. Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que implique redução do valor contratual, a repactuação será provocada pela Defensoria Pública do Estado do Pará.

17.7. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) o valor poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses, contados da data de vigência deste instrumento conforme a variação do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. É expressamente vedado à Contratada a subcontratação para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REAJUSTE:

20.1. O valor proposto e contratado poderá reajustado a cada período de 12 (doze) meses, contados da data do início da vigência deste instrumento, conforme a variação do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, mediante requerimento da empresa protocolizado à época de completa-se cada período, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

21.1. O presente Contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, aplicando-se nos casos omissos os preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

22.1. O presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias, a contar de sua assinatura, conforme a previsão do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

23.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

24.1. O presente contrato tem como fundamento legal o Processo nº 2021/144281, o edital e os anexos do Pregão PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021 – DPE/PA, tudo em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019 e Lei Estadual nº. 6.474/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 534/2020, Decreto Estadual nº. 991/2020, com aplicação supletiva da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Resolução nº 02/2008 da Câmara de Custeio e pelo Código de Defesa do Consumidor.

